



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita sejam convidados os Senhores Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre os recorrentes apagões no sistema de fornecimento de energia elétrica do País

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa. com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de reunião de Audiência Pública, com o respectivo convite aos Senhores Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para prestarem esclarecimentos sobre as constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica, que tem prejudicado os consumidores residenciais e industriais do País, abordando ainda a execução dos recursos destinados a investimentos em manutenção nas linhas de transmissão, e o comportamento dos dados indicativos dos serviços de manutenção dessas linhas de transmissão.

JUSTIFICAÇÃO

De todos os apagões no setor de energia elétrica ocorridos nos governos do então Presidente Lula e da atual, Dilma Rousseff, a única certeza que os agentes do setor possuem é que poderiam ser previstos caso os recursos alocados em expansão e manutenção das redes fossem efetivamente utilizados.

Quem não se lembra das declarações da Presidente ao assumir o governo, afirmando que a época dos apagões havia terminado, como se isso se desse por Decreto e não com pesados investimentos, principalmente nos segmentos de transmissão e distribuição aliados à fundamental competência gerencial.

Em adição, ouvimos à exaustão a afirmação do Sr. Ministro de Minas e Energia de que o sistema de energia do Brasil é “Robusto e Moderno”.

O fato é que anos de inércia da Administração anterior somado a execução de investimentos insuficientes nos serviços de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

manutenção, da precária fiscalização feita pela ANEEL e do obsolescência das linhas e equipamentos de transmissão de energia elétrica, deixam o usuário do sistema elétrico brasileiro a mercê do próximo apagão.

Recordemo-nos do maior apagão da história do Brasil, ocorrido em 2009, que deixou às escuras mais de 60 milhões de brasileiros, em 18 estados por cerca de seis horas. Tempos depois, ao aplicar a multa de R\$ 54 milhões à Furnas, a ANEEL apurou que recomendações preventivas que vinham sendo feitas à Furnas desde 2003 – Furnas é a concessionária do linhão de Itaipu onde se deu o problema – e que tinha o sentido de aperfeiçoar a manutenção, diagnosticada na ocasião pela agência reguladora como deficiente, não foi obedecida. Praticamente não se deu importância aos acenos da fiscalização da agência reguladora e o apagão foi apenas consequência.

Em fevereiro de 2011, já no governo Dilma, novo apagão – o segundo maior em termos de população prejudicada – por falha na manutenção do sistema de proteção a uma subestação em Pernambuco, deixou oito Estados do Nordeste às escuras, afetando a vida de 46 milhões de pessoas.

Há poucas semanas, mais um apagão, provocado desta vez, por falhas no sistema de proteção de outra subestação, em Imperatriz, no Maranhão, afetou onze estados do Norte e do Nordeste.

E na última quinta-feira, 25/10, sobreveio o que já se esperava: após apagões anteriores de intensidade menor, tivemos um evento maior que atingiu 50 milhões de pessoas em 11 estados.

O Globo veiculou em 26/10, na web, matéria de raro alcance onde detalhou não só o ocorrido mas também as declarações de autoridades do setor, atônitas, onde uma delas chega a classificar tantos apagões em série como “*um evento raríssimo de ocorrer, a probabilidade é praticamente zero. É praticamente impossível, mas nós tivemos isto*”.

Relata a matéria: **“Quinto apagão em um mês afeta 50 milhões e expõe falhas de manutenção”**.

Para ministro interino, blecaute que atingiu todo o Nordeste e áreas de Tocantins, Pará e DF, nesta sexta-feira não pode ser considerado normal. ONS descarta hipótese de sabotagem

BRASÍLIA, RIO E PALMAS – Depois do apagão que deixou sem energia nove estados da região Nordeste e áreas de Tocantins e Pará, afetando mais de 50 milhões de brasileiros na madrugada de ontem, o quinto em pouco mais de um mês, o governo admitiu a fragilidade do sistema de transmissão do país. Pelas contas do ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, no entanto, teria sido o quarto apagão, desde setembro, provocado pelas mesmas causas. Ontem, após reunião extraordinária do Comitê de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), Zimmermann afirmou que o sistema está perdendo confiabilidade. Para especialistas em energia, o problema está na manutenção e na operação do sistema.

O apagão foi provocado por um curto-circuito seguido de incêndio na subestação de Colinas, região Norte do Tocantins, a 300 quilômetros de Palmas. Segundo Zimmermann, as falhas têm em comum o fato de terem ocorrido em proteções primárias, que não levaram ao acionamento das proteções secundárias, deixando grandes áreas sem luz. Ele reforçou que os acontecimentos não são normais e que isso está levando a uma redução da confiança no sistema elétrico:

— Eventos como esses não são normais e a coincidência então é que é mais anormal ainda. O sistema elétrico brasileiro é um dos maiores sistemas de transmissão do mundo. Sempre trabalha com um nível de confiabilidade bom. E tivemos no último mês, nesses eventos, uma diminuição dessa confiabilidade que ainda não se tem as razões. (...) Não é normal isso. Eu tive falhas em equipamentos, um transformador de corrente em Imperatriz, um de aterramento em Ivaporã, um disjuntor em Samambaia (os três apagões anteriores). Falou a proteção primária.

“Evento raríssimo de ocorrer”

Zimmermann observou que em um curto espaço de tempo esta foi a quarta ocorrência de grandes proporções.

— É um evento raríssimo de ocorrer, a probabilidade é praticamente zero. É praticamente impossível, mas nós tivemos isto.

Não há falta de investimentos em geração nem escassez de oferta de energia, avaliam os especialistas. Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, afirma que é necessário tornar as manutenções mais frequentes. Segundo ele, um controle mais rígido pode fazer o sistema ficar mais seguro.

— A repetição dos eventos praticamente toda a semana requer uma revisão de procedimentos de regulação, tornando-a mais rígida. Não estão conseguindo manter a qualidade na manutenção dos equipamentos.

Se considerado o apagão que atingiu o Distrito Federal no começo de outubro, por um problema local, o episódio é o quinto de uma série de falhas no fornecimento de energia que tiveram início em 22 setembro, duas semanas depois de a presidente Dilma Rousseff anunciar uma redução de até 16% na tarifa de energia elétrica residencial e a consequente queda nas receitas das empresas de energia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa teme que o pacote para redução de tarifas provoque corte de custos principalmente em pessoal:

— Apesar de a queda na tarifa ser pequena, empresas de geração e transmissão podem perder até 40% da receita. Isso pode levar a corte de engenheiros, principalmente os melhores que acabam aderindo aos planos de demissão voluntária. Isso aconteceu quando a Light foi privatizada. Demitiu-se técnicos que conheciam o sistema e ocorreu uma série de apagões no Rio.

A subestação de Colinas, onde houve o curto-circuito, é operada pela Eletronorte, mas o problema teria ocorrido em equipamentos de outra empresa, a Taesa. O equipamento está na linha de transmissão responsável por distribuir a energia gerada na Usina de Tucuruí, no Pará, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

— Na subestação existem equipamentos de várias empresas. Este equipamento que pegou fogo é da Taesa, que presta serviço para a Cemig. Não sabemos ao certo o que aconteceu. Só a Taesa pode dizer — explicou o gerente regional da Eletronorte, Carlos Humberto de Souza e Silva.

ONS descarta sabotagem

Especialistas afirmam que o compartilhamento de linhas por diferentes empresas, previsto no modelo de concessões, cria uma vulnerabilidade.

— Há uma diversidade de equipes e equipamentos. Essa busca pelo menor preço (pelo modelo de leilões de concessões) nem sempre é o melhor caminho — afirma o consultor em energia Roberto Araújo.

O diretor da Taesa, José Ragone, disse que o problema pode ter sido causado por um raio que provocou uma sobrecorrente na linha de transmissão entre Imperatriz (MA) e Colinas (TO).

Mais cedo, o Operador Nacional do Sistema (ONS) havia informado que um curto-circuito provocou o incêndio na linha de transmissão entre as estações, ambas da empresa transmissora Taesa, cujos acionistas majoritários são a Cemig e um fundo de investimentos. Por causa disso, o sistema de segurança desligou a conexão entre os sistemas do Norte e do Nordeste ao do Sul e Sudeste. O presidente do ONS, Hermes Chipp, negou a possibilidade de sabotagem, mas Zimmermann foi menos enfático:

— Falar nisso por enquanto não teria sentido. Só podemos dizer que são eventos de probabilidade difícil de acontecer e nunca tivemos uma situação dessa.

Uma equipe formada por especialistas de um centro de pesquisa, do ONS e da Agência Nacional de Energia Elétrica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Aneel) foi enviada ontem mesmo à subestação de Colinas para avaliar o problema.

O ministro disse que foi firmado, com quatro empresas, um protocolo de manutenção quando houve falha na proteção primária no outro apagão. Agora, o governo vai ampliar para todas as transmissoras do Brasil para avaliar corretamente os procedimentos que as empresas estão adotando.

Zimmermann também descartou que os problemas estejam relacionados com a renovação das concessões (parte do pacote para reduzir tarifas) ou com a falta de recursos no setor elétrico.

— Nunca se investiu tanto na expansão da rede como nos últimos dez anos — afirmou o ministro interino.

Cinco apagões em pouco mais de um mês

Em 22 de setembro, um problema nas interligações Sudeste/Norte e Sudeste/Nordeste prejudicou o fornecimento de energia em parte do Nordeste.

Embora os técnicos do ONS e do Ministério de Minas e Energia (MME) tenham considerado aquele apagão de pouca gravidade, 6 milhões de consumidores ficaram sem luz por 23 minutos em seis estados da região. O blecaute retirou 30% da energia do Nordeste — três mil megawatts (MW).

No dia 3 de outubro, um curto-circuito em um transformador de Furnas em Foz do Iguaçu, deixou às escuras 2,667 milhões de clientes de 13 estados do país, inclusive no Rio. A falha gerou uma explosão e fogo no equipamento, contido pela brigada de incêndio da subestação. Segundo o ONS, o incidente causou perda de carga na usina de Itaipu.

No Rio, 575 mil consumidores ficaram no escuro por volta das 21 horas, ou 8,6% dos 6,7 milhões de clientes no estado. Na área de distribuição da Light, a Zona Oeste do Rio, Nova Iguaçu, Seropédica e Itaguaí foram alguns dos locais afetados. Na região da Ampla, ficaram sem luz clientes de Araruama, São Gonçalo, Niterói, Campos e Petrópolis.

Apenas um dia depois desse apagão nacional, um blecaute atingiu 70% do Distrito Federal por pelo menos duas horas. Segundo a Companhia Energética de Brasília (CEB), um incêndio no cerrado afetou uma linha de transmissão importante da região, que entrou em curto. Por segurança, as subestações foram desligadas automaticamente.

Congresso Nacional, Esplanadas do Ministério e até o Supremo Tribunal Federal ficaram parcialmente no escuro. No total, 560 mil unidades — lojas, residências e escritórios - ficaram sem energia em Brasília e nas cidades vizinhas. A luz foi religada aos poucos e, no fim da tarde, apenas duas cidades do entorno do DF permaneciam sem luz.

Tanto no Palácio do Planalto, como no Palácio da Alvorada, onde a presidente estava reunida com o ministro da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fazenda, Guido Mantega, houve um pico de energia, e os geradores entraram em ação. Nos anexos do Planalto, foi acionado o esquema de emergência, com iluminação apenas essencial.

Na sexta-feira passada — logo no dia em que seria exibido o último capítulo da novela “Avenida Brasil” — várias regiões de Brasília voltaram a sofrer com falta de luz. O fornecimento de energia foi interrompido volta das 14h30m nas cidades-satélites Águas Claras, Riacho Fundo II, Santa Maria e Recanto das Emas, sendo retomado nessas áreas às 15h20m. Já Brasília (Asa Norte, Lagos Sul e Norte) e as satélites de Sobradinho e Planaltina ficaram sem luz das 15h20m até as 15h50m, com instabilidade no fornecimento nesse período.

A CEB informou que uma falha em uma subestação causou o problema e reforçou, em nota enviada no final da tarde, que “não foi encontrado em seu sistema supervisor nenhuma falha que pudesse causar os desligamentos de suas subestações”.

De apagão em apagão no nosso sistema “robusto e moderno”, constatamos que, somente em 2011 ocorreram 97 incidentes, com maior ou menor intensidade e tempo de duração, mas com interrupções no fornecimento de energia elétrica acima de 100 Mw .

Em 2012, tivemos até o presente momento, segundo estatísticas do Operador Nacional do Sistema – ONS, 63 apagões, sendo que apenas entre os dias 15/09 e 15/10, ocorreram 14 interrupções no fornecimento de energia afetando vários estados do País, cabendo a Furnas a maior responsabilidade por eles, sendo que essa concessionária aplicou até o presente momento, apenas 37,6% do montante a ser investido em 2012.

Fato é que a frequência com que ocorrem sobrecargas no sistema elétrico brasileiro expõe a fragilidade do sistema “robusto e moderno” e torna evidente e urgente a necessidade de se investir pesadamente na modernização e na manutenção dos milhares de quilômetros de redes de transmissão e distribuição em nosso País.

Com isso, Senhor Presidente, solicito a aprovação do presente requerimento a fim de que essa Casa, representada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, possa se posicionar na defesa dos interesses dos cidadãos usuários do sistema elétrico do País.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2012.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP